



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

7 de março de 2017

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia sete do mês de março, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Osires Damaso e Rocha Miranda. Após a leitura



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 114/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 50/2016, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 47, publicada em 24 de novembro de 2016; Mensagem número 119/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 96, de 14 de dezembro de 2016, originário do Projeto de Lei número 299/2016, de autoria parlamentar, cuja providência estabelece a obrigatoriedade da prestação de assistência odontológica a pacientes que se encontram em regime de internação hospitalar; Mensagem número 6/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 4/2017, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 50, publicada em 23 de dezembro de 2016; Mensagem



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 18/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 11/2017, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 4, publicada em 20 de janeiro de 2017; Projeto de Lei número 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alberto Sevilha”; Projeto de Lei número 3/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Cel. PM Luiz Cláudio Gonçalves Benício”; Projeto de Lei número 4/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Recreativa Cultural e Social Ricanato”; Projeto de Lei número 6/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Altera o § 2º do inciso III e cria a alínea “a” no art. 79-B da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 11/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade”; Projeto de Lei número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

12/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a adoção de bônus na pontuação dos candidatos no processo seletivo e ingresso nos cursos de graduação em universidades e faculdades públicas do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 13/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do preço dos serviços, produtos, imóveis e veículos automotores nos anúncios realizados em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação”; Projeto de Lei número 14/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das Instituições Financeiras disponibilizarem cédulas nos caixas eletrônicos aos finais de semana e feriados”; Projeto de Lei número 15/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 16/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Assegura aos profissionais de Educação Física, denominados *personal trainers*, o acesso gratuito às academias de ginásticas do Tocantins para o acompanhamento de seus clientes e dá outras providências”; Projeto de Lei número 17/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate aos criadouros e focos de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

vetores de doenças virais, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 23/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 25/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Renato Jácomo”; Projeto de Lei número 27/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Sady Pigatto”; Comunicação Interna número 18/2017, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, comunicando o seu afastamento desta Casa de Leis, a partir de 6 de março do corrente ano, por cento e trinta dias; e Ofício número 4/2017, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 2/2017, que “Altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Logo após, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Apresentação de Matérias, foram apresentados o Projeto de Lei que receberam o número 33/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 34/2017, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe; 35/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

que receberam os números: 564 a 617. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números: 547, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 555, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 556, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 564 e 565, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; 566 e 573, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 566, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; 567 e 568, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; 569, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; 570, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe; e 571, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Toinho Andrade. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Alan Barbiero, Toinho Andrade, Eli Borges e Paulo Mourão. Na Ordem do Dia, não havendo quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e quarenta minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário